

## Brasil e Alemanha: seis décadas de intensa parceria econômica

CHRISTIAN LOHBAUER

■ Foi durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 50, que a República Federal da Alemanha iniciou uma parceria econômica que foi e permanece sendo determinante para o desenvolvimento do Brasil. A então Alemanha Ocidental partira para sua trajetória de recuperação após o desastre da II Guerra. Após uma década de reorganização interna, aplicou o “Modelo Renano” de Economia Social de Mercado, que possibilitou o milagre econômico alemão, o *Wirtschaftswunder*, coordenado por Ludwig Erhard. A Alemanha investiu sua energia e capacidade na integração europeia e na condição de país produtor e exportador de produtos de valor agregado. Escolheu algumas regiões do mundo para estabelecer suas empresas, entre elas, afortunadamente, estava o Brasil. A chegada da Companhia Siderúrgica Mannesmann em 1954, e logo depois a Usina Sofunge que viria a ser parte da Mercedes Benz em 1955, além da fábrica da Volkswagen na Via Anchieta em 1959, são exemplos do início de um processo de investimento e confiança no Brasil que nunca deixou de existir.

A participação alemã no desenvolvimento econômico do Brasil fortaleceu-se a partir do início dos anos 60. Em maio de 1964, pouco mais de um mês após o movimento que mudou o regime político brasileiro, o presidente Heinrich Lübke visitou o Brasil. Embora a visita do Presidente da Alemanha não tenha a mesma importância da visita do Chanceler, tratava-se da primeira visita oficial de um chefe de Estado estrangeiro ao Brasil sob o novo regime. Lübke fez questão de confirmar financiamentos para vários projetos de infraestrutura acordados ainda durante o governo de João Goulart e garantiu que o fluxo crescente de investimentos no país não seria cortado. Na ocasião, o Brasil era o maior exportador

latino-americano para a Alemanha e o presidente reiterou o interesse de seu país em manter-se firme e comprometido com o desenvolvimento do Brasil.

O interesse e o engajamento alemães atingiram seu auge nos anos 70 quando os investimentos alemães nas indústrias de base, química, máquinas, equipamentos, e automobilística, chegaram e se fixaram no Brasil com força total. Foi a época em que o Presidente Ernesto Geisel realizou a maior missão econômico-empresarial à Europa até então. Em março de 1978 Geisel esteve na República Federal da Alemanha marcando um momento único na história bilateral, não apenas porque a última visita de um chefe de Estado brasileiro a Alemanha datava de mais de um século – em abril de 1877, Dom Pedro II esteve em Berlim visitando o Kaiser Guilherme I – ou porque o presidente viajava com uma comitiva com mais de 90 políticos, empresários, economistas e jornalistas, mas porque as expectativas de aprofundamento e cooperação eram grandes. Foi o momento histórico em que se consolidou o acordo nuclear bilateral assinado, ainda em junho 1975. Era o início do governo de Helmut Schmidt que buscava se fortalecer após a crise resultante da renúncia de Willy Brandt, em 1974. Nesse contexto, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha foi tratado pela mídia como um grande acontecimento. Tratava-se do maior contrato de exportação da indústria alemã e deveria ter uma duração de quinze anos. Os compromissos assumidos pelas onze empresas que participavam do contrato continham o envio de oito reatores, prospecção, exploração e utilização comercial de urânio natural brasileiro, fábricas de preparação e produção de material físsil, além da construção de usinas em associação com a estatal brasileira Nuclebrás. O acordo trouxe uma outra dimensão às relações bilaterais e gerou críticas em função dos compromissos com o Tratado de Não Proliferação Nuclear. No entanto, os objetivos da Alemanha eram claros: baseavam-se em interesses comerciais e tiravam proveito de uma tecnologia que esta desenvolvera ainda nos anos 50 em função da reconstrução de sua economia e da necessidade de produzir energia que garantisse altas taxas de crescimento.

O acordo bilateral estabeleceu o que o estudioso Wolf Grabendorf iria definir como a típica e ideal relação complementar “norte-sul”, entre um país desenvolvido e um país em desenvolvimento, compreendida no contexto da Guerra Fria. Mas esta proximidade entre os dois países gerou tensão internacional. A questão nuclear juntou-se à percepção de desrespeito aos direitos humanos no Brasil pelo governo do presidente Jimmy Carter recém-eleito em 1976 ao posto máximo nos Estados Unidos. Até 1977, sistemáticas consultas e visitas entre autoridades norte-americanas e alemãs, incluindo o vice-presidente Walter Mondale e o Ministro Hans Dietrich Genscher, foram realizadas para tentar rever ou reverter o acordo

Brasil-Alemanha. Os dois países permaneceram firmes na decisão de manter os contratos e a administração Carter teve que dar sinais de moderação, considerando que sua política pacifista colidia com os interesses da própria indústria nuclear exportadora.

Apesar da euforia do milagre brasileiro, o Brasil entrou em rápida depressão no início dos anos 80. A chegada da crise econômica resultante do aumento dos juros internacionais e da explosão da dívida externa brasileira coincidiu com o processo de transição para a democracia. Ainda em maio de 1981 o Presidente João Figueiredo visitou a Alemanha e anunciou as dificuldades do país. Em Bonn, Figueiredo expôs a condição brasileira de vítima da explosão dos preços do petróleo. A Alemanha não se intimidou com a crise e a transformação institucional no seu maior parceiro latino-americano, apesar de reduzir substancialmente seus investimentos no país e verificar momentos difíceis para os grandes grupos industriais, em especial a tensão do setor automobilístico frente a greves e instabilidade econômica. Interessava à Alemanha a estabilidade no Brasil e na América Latina. Foram anos turbulentos. O endividamento e a inflação enfraqueceram o regime e a abertura política veio acompanhada de instabilidade econômica. Uma transição negociada, sob o impacto da morte repentina do presidente Tancredo Neves, foi capitaneada pelo vice-presidente José Sarney. Depois de uma década atingindo recordes de produção e lucratividade no país do milagre econômico onde bilhões de marcos foram investidos, empresas como Volkswagen, AEG, Mannesmann, Krupp, Siemens, Basf e Bayer, defrontavam-se com dificuldades que não poderiam sequer ser imaginadas alguns anos antes. Um processo de distanciamento estava em curso. No mesmo período, foi promulgada a Constituição de 1988 que trazia no seu bojo uma série de medidas que, embora ainda não regulamentadas, traziam incerteza ao investidor estrangeiro. O caráter muitas vezes repulsivo ao capital estrangeiro e o alto conteúdo “social” da nova constituição traziam incertezas que desde então fizeram da economia brasileira pouco competitiva, porque tornou-se cara em seus custos tributários e trabalhistas. Era necessário esperar para ver o que o ano de 1989 traria. Vieram a derrocada do mundo socialista, as eleições presidenciais no Brasil e a queda do Muro de Berlim.

A queda do muro de Berlim e a derrocada do socialismo soviético abriram a oportunidade para que Helmut Kohl negociasse a unificação alemã em outubro de 1990. No Brasil, a política externa priorizou sua atuação a serviço da política de desenvolvimento com um projeto de modernização. Esse projeto foi uma reação nítida (e mal conduzida) ao início do processo de globalização econômica. O Brasil abdicou da opção nuclear, anunciou a formação do Mercosul e partiu

para uma atabalhoada liberalização econômica, correta na concepção, desastrada na aplicação.

Foi nesse contexto que Helmut Kohl veio ao Brasil e a outros países da América Latina em 1991. A Alemanha buscava encontrar um novo papel após a Guerra Fria. O Brasil e a América Latina tiveram que se conformar com uma relativa queda na importância da agenda externa da Alemanha unida. O custo da unificação alemã e o aprofundamento no processo de integração europeia após o Tratado de Maastricht em 1992 foram muito altos para a sociedade germânica. A globalização trouxe a realidade da internacionalização empresarial, a interdependência econômica, a expansão dos investimentos estrangeiros e o domínio do sistema financeiro na economia mundial. A Alemanha continuou sendo pilar do conhecido “eixo funcional” das relações bilaterais, e assim como a Itália (em bem menor proporção) focou-se nas relações econômicas e no investimento produtivo no Brasil. Embora tenha sido pouco ativa no processo de privatização das comunicações e do sistema financeiro do Brasil, áreas nas quais não tem tradição, permaneceu ainda nas primeiras posições entre os investidores e abriu a nova frente de interesse no país: a defesa do meio ambiente e a indústria ambiental.

O fim da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a ECO-92, no Rio de Janeiro, e alguns meses depois a queda do Presidente Collor de Mello, acusado de corrupção por meio de um processo de *impeachment*, trouxeram instabilidade para a economia e para a implementação de projetos de defesa da Amazônia, demarcação de terras e financiamentos de projetos de defesa do meio ambiente. O tema do desenvolvimento sustentável passou a ser prioridade nas relações bilaterais, considerando que o Brasil ganhara importância no tema pelas suas dimensões e pela grande quantidade de projetos com financiamento alemão. Nos anos 90, além das tradicionais pautas de comércio e investimento, incluía-se na agenda bilateral o tema do desenvolvimento sustentável e da ecologia. Outro aspecto marcante das relações bilaterais neste período foi a relevância dos acordos regionais de livre comércio. A Alemanha permanecia junto com a França como a grande promotora da integração e aprofundamento das relações da União Europeia, assim como Brasil e Argentina se articulavam para avançar no Mercosul.

No final de 1994, ainda durante a conclusão do seu governo, o presidente Itamar Franco e seu então ex-ministro da Fazenda e novo Presidente da República eleito, Fernando Henrique Cardoso, foram a Miami participar do lançamento da Iniciativa para as Américas. Lançada pelo presidente Bush mas mantida pela gestão do presidente Clinton, a iniciativa buscava o plano audacioso de criar uma

área de livre comércio das Américas, a Alca, liberalizando o comércio em praticamente todo o continente americano com exceção de Cuba.

Foi neste contexto de proliferação de acordos de livre comércio, paralelos ao que viria ser a consolidação do processo de liberalização comercial universal através da Organização Mundial de Comércio (OMC), que foi assinado o Acordo Quadro Inter-Regional de Cooperação entre os Estados da União Europeia e do Mercosul em dezembro de 1995. Apesar da sequência de crises financeiras enfrentadas nos anos seguintes, com destaque para a crise do México em 1995, da Rússia em 1997, da Ásia em 1998, do próprio Brasil em 1999 (com o abandono do câmbio fixo do Real), das empresas virtuais em 2000 e da crise de 11 de setembro de 2001, os processos de integração regional continuaram a ser promovidos. A percepção de que o livre comércio é um dos motores da criação de riquezas se impunha sobre as administrações de muitos países e uma grande quantidade de acordos bilaterais proliferou durante o final dos anos 90 e início do século XXI, constituindo o que se denominou como *spaguetti bowl* comercial. A própria OMC lançou uma nova Rodada de negociações multilaterais em Doha, com o objetivo de ampliar a redução de tarifas de importação universais, além de aprofundar as regras de comércio para várias outras dimensões do comércio internacional.

Alemanha e Brasil entraram no século XXI dentro de um panorama de euforia com uma eventual liberalização comercial mundial que poderia ter ocorrido com as negociações da Rodada do milênio da OMC e posteriormente com a rodada de negociações comerciais de Doha. Uma euforia também guiada por um novo impulso de desenvolvimento sustentado por empresas de tecnologia recém-criadas que indicavam uma onda de avanços da sociedade universal. O exercício de integração europeia deu passo audacioso com a introdução do euro, a moeda comum europeia, em 2002. Tentativas de se consolidar negociações comerciais regionais foram realizadas entre 2001 e 2004. Mas a história pregou algumas peças naqueles projetos que pareciam garantir o sonho de integração, cooperação e desenvolvimento ocidental.

O Mercosul entrou em sua primeira crise de desvalorização cambial em 1999 com a desvalorização da moeda brasileira e, desde então, permaneceu em sistemática tensão comercial, principalmente entre Brasil e Argentina. A liberalização comercial que se vislumbrava no ano 2000 para ocorrer nos países do Mercosul nos quinze anos seguintes não se confirmaria. Pelo contrário, em vários momentos o processo de integração foi questionado na sua essência e, em inúmeras ocasiões, o Tratado de Assunção foi pisoteado, tanto na sua dimensão comercial quanto na sua dimensão política. “Mecanismos de Adaptação Competitiva” foram estabe-

lecidos nas relações comerciais, protecionismos e impedimentos burocráticos de toda a natureza foram criados, principalmente pela Argentina em relação ao Brasil, fazendo do Mercosul um processo de integração desacreditado. Até a adesão da Venezuela de Hugo Chavez foi imposta de maneira infame sobre o processo de integração, politizando-o a ponto de desmoralizá-lo.

A União Europeia também ingressou em momento nebuloso. Em 2008, uma crise financeira sem precedentes na história recente trouxe à tona o estouro de movimentos financeiros especulativos que tiveram que ser absorvidos pelos tesouros dos Estados nacionais para evitar um colapso do sistema financeiro internacional e consequências sociais trágicas para toda a sociedade universal. Tanto Estados Unidos quanto países da União Europeia tiveram que lidar com uma situação de endividamento que não conheciam desde a II Guerra Mundial. Os espaços para esforços de liberalização comercial e integrações regionais ficaram condenados por período indeterminado. Desde o Tratado de Masstricht em 1992 e depois da união monetária em 2012, a União Europeia passou definitivamente a adotar políticas comuns formuladas em Bruxelas. A crescente importância das políticas comercial e agrícola, as duas oriundas de decisões comunitárias, foi alterando a importância da agenda Brasil-Alemanha para a agenda regional, mesmo com todas as incertezas dos dois processos de integração regional, com destaque para a desorientação do Mercosul. As relações do Brasil com a Alemanha passaram a ser uma sub-relação das relações do Brasil com a União Europeia.

Na segunda década deste século as relações Brasil e Alemanha já não podem mais ser compreendidas dentro das tradicionais relações bilaterais avaliadas nas décadas anteriores. Nem tampouco dentro do espírito positivo das integrações regionais e do processo de integração inter-regional EU-Mercosul. As conjunturas regionais, principalmente a agenda europeia e as ações de política comum da UE é que definem os principais vetores da relação. Comércio e investimentos são parte de uma estratégia cada vez mais necessária na região continental europeia. A parceria econômica que já está para completar seis décadas situa-se em um mundo interconectado, interdependente e ao mesmo tempo endividado e inadimplente. No entanto, a conjuntura deixa poucas oportunidades exclusivas para Brasil e Alemanha.

Algumas delas, que podem ser vistas como uma nova dimensão de investimento e cooperação existente na relação bilateral são os interesses comuns no desenvolvimento de novas fontes de energia renovável, e o interesse alemão na expansão do agronegócio brasileiro. A energia e o agronegócio são partes de um mesmo complexo quando se pensa na produção de cana-de-açúcar, soja ou milho,

por exemplo, e a base para a substituição de parte do consumo de petróleo nos dois países e respectivas regiões em integração. Além disso, são partes essenciais da produção de carnes de aves e bovina, produtos importados em grandes volumes pela Alemanha para beneficiamento e consumo. No final da primeira década deste século esta nova dimensão se abriu nas perspectivas de intercâmbio econômico entre Brasil e Alemanha. Perspectivas que podem ser acompanhadas pela indústria química, farmacêutica e mecânica que navega a reboque do desenvolvimento agrícola e urbano brasileiros. Na agricultura está incluída a biotecnologia, que incorpora um novo mundo na transferência de conhecimento e pesquisa genética em medicamentos e sementes por exemplo; e a participação com fornecimento de produtos e serviços em grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. Mas há obstáculos a serem superados.

## ○ PERÍODO DO GOVERNO LULA E DILMA

■ O governo do Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores assumiram o poder no Brasil em 2003. Confirmada a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva e da democracia, a Alemanha anunciou estimativa de investimentos de mais de 7,5 bilhões de dólares das dez maiores empresas multinacionais alemãs instaladas no Brasil. Além disso, acenou interesse para investimentos de até 10 bilhões de dólares em projetos de infraestrutura até 2008. Com isso os alemães tinham intenção de retomar sua posição de segundo maior investidor, ou quem sabe ocupariam até a primeira posição, superando Estados Unidos e Espanha, maiores investidores no Brasil entre 1996 e 2002. Confirmando-se todo o investimento planejado, a Alemanha aumentaria significativamente seu estoque de capital no Brasil que somava 19 bilhões de dólares em 2003.

A iniciativa do governo da Alemanha e de sua comunidade empresarial em incentivar e promover as relações econômicas com seu tradicional parceiro sul-americano ganhava ainda mais relevância quando se verificava a difícil situação interna do país e a atual conjuntura econômica europeia. Durante a década de 90 a Alemanha sofreu duramente com os gastos da unificação. Mais de 1 trilhão de dólares foram injetados na região da ex-Alemanha oriental com o objetivo de igualar sua infraestrutura aos padrões da ex-Alemanha ocidental. O país ultrapassara o limite dos 3% de déficit fiscal exigido pela União Europeia e a Europa aguardava aflita a decisão de suas instituições comuns para definir que tipo de punição deveria ser aplicada sobre a maior economia do continente. O

desemprego atingia mais de 4 milhões de trabalhadores. Para complicar, o euro encontra-se em momento de valorização em relação dólar norte-americano o que aumentava os custos das importações e reduzia as exportações, reduzindo também o último e fundamental setor da economia que ainda apresentava algum dinamismo. Considerando a adesão de dez novos membros à União Europeia a partir de 2004, a maioria no leste europeu, poderia se supor que pouco sobraría para investir no Brasil.

Diante de tal situação interna não deixou de ser significativa a iniciativa de apoiar o Brasil e seu novo governo com medidas claras de investimento e financiamento. Esta atitude, além de confirmar uma relação histórica de parceria para o desenvolvimento, demonstrava a diferença de percepção que a Alemanha mantinha do Brasil em relação a outros países europeus e também em relação aos Estados Unidos. Enquanto o mercado internacional fixava-se em análises superficiais de risco, os alemães continuaram acreditando. Mas o período que viria se mostrou ambíguo.

Em mais de uma década no poder, considerando a eleição da presidente Dilma Rousseff em 2010 como uma sequência direta das políticas dos mandatos anteriores, pode-se considerar que as relações do Brasil com a Alemanha deixaram a desejar considerando as oportunidades que oferecem. Embora não reconheça e provavelmente não venha a reconhecer, o governo Lula sabiamente adotou a mesma política econômica que herdou do governo que o antecedeu. A política de estabilidade econômica com inflação controlada que foi iniciada em 1994 garantiu o equilíbrio necessário para provocar a explosão de consumo, o aumento das vagas de trabalho e a possibilidade de equilibrar as contas públicas. Entre 2003 e 2008 o governo Lula enfrentou uma situação externa favorável que o país não enfrentava desde a primeira metade dos anos 70. Sem enfrentar nenhuma crise internacional e com os preços das *commodities* agrícolas e minerais em alta durante o período, o governo brasileiro teve a chance histórica de realizar transformações vitais aguardadas por décadas pela sociedade, com destaque para a reforma fiscal e os investimentos em infraestrutura. Mas não foi isso que ocorreu. A demagogia, o populismo e a incompetência administrativa determinaram outro caminho. Com a riqueza disponível deu-se prioridade a maiores gastos do Estado com políticas distributivistas e “sociais”. Ao invés de investimentos em infraestrutura para ampliar as possibilidades disponíveis de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, preferiu-se a promoção do consumo. No lugar do investimento na eficiência do Estado optou-se pela sua ampliação. Na política energética optou-se pelo fortalecimento da Petrobrás com todo o seu gigantismo e subestimou-se a importância

de outras fontes de energia renovável como o etanol, onde havia aproximação intensa com a Alemanha.

Na política externa o governo do PT encontrou espaço para as alas mais exaltadas da esquerda do partido. Desenvolveu uma política externa anacrônica, ainda em curso, refratária aos Estados Unidos da América, pouco pragmática em relação à Europa Ocidental e verdadeiramente distante do Japão. Optou por focar suas energias na região sul-americana, procurando aplicar uma liderança tímida e confusa, com regimes nitidamente suspeitos, descrentes dos princípios democráticos e alguns de orientação “bolivariana”, conceito ainda de difícil entendimento para a ciência política. Em sua orientação não exclusivista, deu prioridade à agenda “sul-sul” focando ações retumbantes com Rússia, Índia e China mas com resultados pífios. Embora ciente das agendas internacionais conflitantes e não alinhadas entre os países do grupo, insistiu em uma agenda estratégica que nunca mostrou a que veio. Em uma década, o comércio brasileiro continuou a exportar praticamente os mesmos produtos a esses e outros grandes mercados com a mudança nos volumes e preços que deram impressão de boa *performance* comercial. A realidade evidencia que o comércio brasileiro passou a importar dezenas de bilhões de dólares destes e outros países mais competitivos no setor manufatureiro sem que nada tenha sido feito internamente para garantir a competitividade da produção brasileira. Dezenas de multinacionais, incluindo as persistentes empresas alemãs com seu histórico de décadas no Brasil, algumas com mais de um século, também passaram a refletir sobre a permanência de sua produção no país.

Os tempos mudaram muito nos últimos sessenta anos. E as relações entre Brasil e Alemanha, apesar de todos os obstáculos, não deixaram de se adaptar aos tempos. Graças ao setor privado, procurou-se manter a complementaridade econômica, o compromisso dos alemães no desenvolvimento do Brasil, a tradição de confiança recíproca e as perspectivas de que o futuro reserva progresso para ambos os lados. Deve-se considerar que, com raras exceções, o empreendimento alemão no Brasil tem saldo histórico positivo. Para o futuro, no entanto, parte das relações estarão sob a responsabilidade da União Europeia e restará ao setor privado alemão focar em algumas prioridades.

## DESTAQUE PARA A OPORTUNIDADE DO AGRONEGÓCIO

■ Muito se tem escrito sobre as complementaridades das economias do Brasil e da Alemanha. Como colocado anteriormente são profundas as relações que estes dois países desenvolveram principalmente após a II Guerra Mundial, notadamen-

te no que se refere à contribuição da Alemanha ao desenvolvimento do Brasil. As máquinas e bens de capital, os equipamentos elétricos, a química, a tecnologia farmacêutica já são sinônimos da presença alemã no Brasil. Durante décadas, o Brasil tem sido fornecedor de matérias primas, alimentos e também produtos manufaturados aos alemães. De lá para cá recebemos produtos de alto valor agregado e tecnologia de ponta. Mais recentemente, Brasil e Alemanha desenvolveram uma relação no campo do desenvolvimento sustentável e das preocupações com a ecologia e preservação da natureza. Equipamentos de tratamento de águas, resíduos sólidos e reciclagem tem sido parte das transações comerciais entre os dois países.

Se existe um setor em que as relações bilaterais podem ser aprofundadas e em que oportunidades de interesse mútuo estão disponíveis, este setor é o do agronegócio, especialmente em sua vertente voltada ao fornecimento de alimentos e sua vertente energética. É evidente que não se trata de questão simples tratar do assunto com os europeus. O mundo inteiro está consciente das dificuldades que a Europa tem para tratar do acesso a mercados de produtos agrícolas e do caráter político que envolve os subsídios e o apoio interno aos agricultores europeus. Mas Alemanha e Brasil têm interesses comuns que podem ajudar a viabilizar e flexibilizar o acesso de produtos do agronegócio. Está-se referindo aqui à importância que os governos dos dois países têm dado à produção e ao uso de energias renováveis. Os dois países têm programas federais que visam promover combustíveis alternativos como o etanol e o biodiesel. Políticas públicas foram criadas para atender demandas ambientais na esfera local e global, promover o desenvolvimento rural, descentralizar a criação de empregos e garantir a segurança energética tornando as economias menos dependentes de combustíveis fósseis.

A Alemanha é hoje um dos países líderes na tecnologia e produção do biodiesel e óleo vegetal, além da bioenergia oriunda de biomassa, do vento e também do sol. O Brasil é o maior produtor de etanol do mundo, tem tecnologia em biomassa e como um dos maiores produtores de grãos também desenvolve biodiesel. Os dois países são ativos participantes dos debates internacionais para desenvolvimento sustentável, são signatários do Protocolo de Kyoto, têm legislações para controle de emissão de dióxido de carbono e apoiam, embora de forma errática no caso brasileiro, projetos para aumentar a quantidade de etanol na gasolina.

A Comissão Brasil-Alemanha de Agribusiness tem trabalhado ativamente para fazer com que o agronegócio dê nova dimensão às relações bilaterais e inter-regionais. Representantes das comunidades empresariais e dos dois governos realizam um trabalho técnico e político sistemático para que a complementaridade característica entre as economias dos dois países seja projetada também para o

agronegócio. De forma bastante pragmática, diferentes projetos de cooperação e de interesse comercial estão sendo desenvolvidos não só para biocombustíveis, mas também para suco concentrado, frutas, carnes, pesquisa em sementes e vegetais e gestão em qualidade de alimentos. Investimento conjunto para incremento comercial e garantias de energia renovável.

Os críticos mais duros têm se referido constantemente à falta de pragmatismo dos trabalhos das comissões bilaterais. Desta vez, no entanto, o esforço tem sido grande para que haja avanços práticos com projetos politicamente viáveis, apesar dos desencontros das políticas públicas brasileiras e dos marcos regulatórios incertos. O investimento no agronegócio brasileiro é um exemplo de um jogo ganha-ganha. É garantia de dividendos ao investidor, viabiliza alimentos e energia de qualidade e bom preço ao consumidor brasileiro e europeu sem necessariamente confrontar com a política agrícola europeia, e principalmente, é uma maneira relevante de se produzir alimentos com aumento de produtividade e reduzir a pobreza em países em desenvolvimento. Da perspectiva energética, contribui para a melhoria da qualidade da água e do ar, reduz o efeito estufa, e viabiliza a consolidação de projetos de energia renovável tão necessários para o desenvolvimento econômico.

## BRASIL E ALEMANHA HOJE E NO FUTURO

■ Na América Latina, o Brasil permanece sendo de longe o maior parceiro comercial da Alemanha. A Alemanha tem ocupado entre o quinto e sexto lugar entre os principais parceiros do Brasil entre 2010 e 2012, depois de China, Estados Unidos, Argentina, Holanda, e Japão. O volume de comércio bilateral com a Alemanha ultrapassou os 24 bilhões de dólares em 2011 (18% a mais do que em 2010). As exportações brasileiras chegaram a 9 bilhões de dólares em 2011. Os principais produtos de exportação permanecem sendo minério de ferro, café em grão, aviões, soja, petróleo e suco de laranja. As importações da Alemanha alcançaram volume de 15 bilhões de dólares, principalmente em automóveis, autopeças, caminhões, produtos químicos e farmacêuticos, máquinas e equipamentos. O comércio bilateral com a Alemanha alcança cerca de 25% do comércio bilateral do Brasil com a União Europeia, que gira em torno de 100 bilhões de dólares e ocupa o primeiro lugar entre os blocos econômicos.

Existem cerca de 1600 empresas de capital alemão no Brasil, e cerca de 800 estão situadas em São Paulo, o maior centro de representação industrial da economia alemã em território estrangeiro. Três Câmaras Brasil-Alemanha de Comércio

e Indústria com sede em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre e um correspondente do *Germany Trade and Invest* (Gtai) em São Paulo fazem da atividade empresarial germânica no Brasil um trabalho permanente. Anualmente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias Alemãs (BDI) realizam o Encontro Econômico Brasil-Alemanha, que chega à sua 31ª edição em 2013, além de sua 40ª reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica. São mais de 140 anos de relações diplomáticas bilaterais, que são muito ativas tanto nos acordos quanto no grande número de delegações nacionais e regionais que visitam ambos os países. Em 2012 o capital acumulado de investimento alemão no Brasil atingia cerca de US\$ 25 bilhões e a participação do capital alemão no PIB brasileiro variava, dependendo da fonte e da metodologia de cálculo, entre 8% e 12% do PIB.

Em 2008, o então presidente Lula e a chanceler alemã Angela Merkel assinaram o Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Alemanha, no qual ratificaram sua determinação de aprofundar a parceria, por meio da intensificação das relações bilaterais em todos os níveis nas áreas de governança global, mudança do clima e diversidade biológica, desarmamento e não-proliferação, defesa, ciência e tecnologia, inovação, desenvolvimento sustentável, energia e cooperação econômica e empresarial. Estas relações estão necessariamente combinadas com a esfera de ação entre a União Europeia e o Brasil.

Durante o governo Dilma Roussef as visitas oficiais iniciaram em maio de 2011, quando o Presidente alemão Christian Wulff fez sua primeira visita ao país e foi recebido pela Presidenta no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Lá, expressaram plena concordância sobre a intensificação da cooperação e do diálogo político em alto nível principalmente nas áreas de inovação, cooperação científica, tecnológica e cultural e anunciaram oficialmente a realização da temporada da Alemanha no Brasil, em 2013/14. Em maio de 2013, Dilma recebeu o Presidente Gauck em São Paulo e abriu oficialmente o 31º Encontro Econômico Brasil Alemanha para audiência de mais de mil pessoas, entre empresários e autoridades dos dois países. A mensagem do encontro: as relações entre os dois países permanecem intensas, a confiança é grande e a tradição de geração de riqueza está comprovada. Mas há um duro trabalho pela frente: os alemães têm consciência das dificuldades resultantes da crise financeira internacional e do endividamento crônico dos parceiros europeus. Vislumbram oportunidades de negócio e progresso no Brasil em inúmeras áreas, mas solicitam cordialmente que o Brasil conclua sua lição de casa.

Para manter-se firme investindo e transferindo tecnologia, ampliando sua presença industrial no país e treinando gente nas mais inúmeras atividades tec-

nológicas e científicas, é necessário melhorar o ambiente de negócios. O acordo de bitributação tão insistentemente negociado nas últimas décadas deve sair do campo das boas intenções. A definição de um quadro jurídico e marco regulatório mais transparente e permanente são fundamentais para que se avance nos negócios. A desburocratização e aumento da eficiência dos serviços públicos tem que se tornar realidade. As indefinições crônicas nas políticas energéticas, industrial e tributária, que têm sofrido remendos sistemáticos e medidas ad hoc por mais de uma década, têm que ser finalmente resolvidas se não encontrarem uma direção satisfatória. Somente com essas reformas, Brasil e Alemanha poderão desfrutar plenamente da complementaridade e convergência de suas agendas, especialmente em relação às oportunidades nos setores do agronegócio e da bioenergia.

O mundo da ascensão chinesa, das mudanças climáticas, das novas tecnologias na produção de energia e alimentos e da redução das distâncias através da tecnologia é um mundo apropriado para a parceria entre Brasil e Alemanha: os dois países já construíram muito juntos, e, caso haja um maior pragmatismo da política brasileira, têm como continuar juntos contribuindo ainda mais para o desenvolvimento de suas regiões e do mundo.

- **Christian Lohbauer** · Doutor em Ciência Política pela USP, foi Bolsista da Fundação Konrad Adenauer na Universidade de Bonn entre 1994 e 1997. É membro do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional – GACINT/USP. [www.christianlohbauer.com](http://www.christianlohbauer.com)

## BIBLIOGRAFIA

- GRABENDORFF, Wolf. Brazil and West-Germany: A Modell for First World – Third World Relations? In: *Brazil in the International System: The Rise of a Middle Power*, Edited by Selcher, Wayne, Boulder, Colorado, 1981, p. 195-198.
- GUILHON Albuquerque, J.A.; LOHBAUER, C. *New and Old Challenges of the Trade Agreement between the European Union and Mercosur* [http://www.apexbrasil.com.br/publicacoes/M-UE\\_Dialogue\\_ebook.pdf](http://www.apexbrasil.com.br/publicacoes/M-UE_Dialogue_ebook.pdf), 2012.
- <http://www.ahkbrasilien.com.br/pt/publicacoes/revista-brasilalemanha/>
- LOHBAUER, Christian: *Brasil-Alemanha. Fases de Uma Parceria 1964-1994*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/Edusp, 2000.
- LOHBAUER, Christian. *O Brasil, o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma relação complementar*. In: AMARAL JR., Alberto; RATTON, Michelle (Orgs.). “União Européia, Editora Aduaneiras, 2002, p. 143-189.